



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
CAMPUS PROFESSOR ALEXANDRE ALVES DE OLIVEIRA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

RAIONE FRANCISCO RODRIGUES DA CRUZ

ESSA HISTÓRIA É NOSSA!: (re)existências indígenas na historiografia sobre o Piauí (1953-2022)

**PARNAÍBA-PI
2024**

RAIONE FRANCISCO RODRIGUES DA CRUZ

**ESSA HISTÓRIA É NOSSA!:
(re)existências indígenas na historiografia sobre o Piauí (1953-2022)**

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em História, do Campus Professor Alexandre Alves de Oliveira, da Universidade Estadual do Piauí, para a obtenção do grau de licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Danilo Alves Bezerra

Este exemplar corresponde à redação final do artigo avaliado pela banca examinadora em _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Danilo Alves Bezerra (Orientador)
(Uespi/Parnaíba)

Prof.^a Dr.^a Tatiana Gonçalves de Oliveira (Examinadora Externa)
(Uespi/Floriano)

Prof.^a Dr.^a Mary Angélica Costa Tourinho (Examinadora Interna)
(Uespi/Parnaíba)

Prof. Dr.^a (Suplente)
Universidade Estadual do Piauí

À minha amada avó, Matilde da Costa Barboza (In memoriam).

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, nesse primeiro momento, ao meu maior pilar, à minha família. À minha mãe, Francisca da Conceição Rodrigues da Cruz, por sempre ter me incentivado nos estudos e por sempre me inspirar, e ao meu pai, Antônio José Lima da Cruz, que sempre está feliz pelas minhas conquistas. Às minhas irmãs, Raiane Alana Rodrigues da Cruz e Rosiane Aline Rodrigues da Cruz, que apesar das brigas bobas de irmãos, estão sempre me apoiando na minha jornada. Ao meu Orientador, Prof. Dr. Danilo Alves Bezerra, pelo apoio, orientação, confiança, compreensão e ajuda de sempre. Graças aos seus incentivos na disciplina Brasil Colônia, durante o IV bloco da graduação de História, não desisti do curso e me vi estimulado a continuar. A todos os meus professores e professoras do curso de Licenciatura Plena em História da UESPI, por terem contribuído para minha formação acadêmica. Aos meus colegas de turma do curso de Licenciatura Plena em História, em especial ao meu grande amigo Everton Brito de Carvalho, cuja parceria e amizade tornaram a faculdade uma experiência incrível e memorável. À minha professora do Ensino Médio, Me. Francidéia Gomes Sousa de Carvalho, por ter sido minha inspiração para cursar História e por ter me feito refletir sobre minha ancestralidade indígena. À minha amiga, Me. Luciane Moreira Andrade de Lima, que tanto me inspira, foi minha preceptora no Programa Residência Pedagógica, agradeço por ter me confiado a parceria em sala de aula e pelos grandes aprendizados na disciplina de Eletiva Piauí Indígena, por me incluir na visita ao povo Tabajara de Piripiri no dia dos povos indígenas, na qual conheci o Cacique José Guilherme. À minha preceptora de Estágio Supervisionado I e II, professora Márcia Regina Medeiros Freitas, por ter confiado a mim suas turmas e me permitido compartilhar um pouco da minha pesquisa com os alunos. Não poderia deixar de agradecer aos meus grandes amigos e amigas, Andréia Gabriele Santana de Sousa, Bernardo José Amorim Araújo, Estevão Vitório de Araújo Lira, Luiz Felipe Machado e Viviane Beatriz Alves de Freitas. A amizade, companheirismo e apoio de vocês fez toda diferença nesse processo. Por fim agradeço à UESPI – Campus Alexandre Alves de Oliveira e à Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de nível Superior (CAPES), que foram de suma importância na minha trajetória acadêmica no curso de Licenciatura Plena em História, à faculdade por ter me acolhido nesses quatro anos e a CAPES por ter financiado meus estudos por meio do Programa Residência Pedagógica, durante uma significativa parte da minha formação.

ESSA HISTÓRIA É NOSSA!:
(re)existências indígenas na historiografia sobre o Piauí (1953-2022)

Raione Francisco Rodrigues da Cruz

Prof. Dr. Danilo Alves Bezerra

RESUMO

O presente artigo trata a respeito da ausência/presença dos indígenas na historiografia sobre o Piauí. Temos o objetivo geral de analisar como a historiografia piauiense e sobre o Piauí aborda a presença/ausência indígena no estado. Dessa forma tivemos como objetivos específicos, identificar como os indígenas foram representados nessas obras; investigar de que modo essas obras tratam da ausência/presença dos indígenas no estado; e explorar o impacto de movimentos indígenas contemporâneos no Piauí. Este trabalho se justifica diante da necessidade de revisitar essas obras, analisando as narrativas históricas nelas presentes, e como ajudaram a criar e sustentar a ideia de extermínio total dos indígenas no estado do Piauí. Nessa investigação, nos deparamos com algumas obras que trouxeram novas perspectivas acerca desses povos, promovendo uma quebra desse paradigma de extermínio total dos indígenas. Nesse sentido, esse artigo contribui para uma reflexão crítica sobre essas narrativas ao demonstrar por meio de exemplos contemporâneos, como por exemplo a Associação Itacoatiara, em Piripiri, as marcas vivas da resistência e da presença dos indígenas no Piauí. Para realização dos objetivos propostos foi feito um levantamento de autores/autoras que abordam os indígenas piauienses em suas obras, entre elas: Monsenhor Chaves, em sua obra *O índio no solo piauiense* (1953), Luiz Mott, autor de *Piauí colonial; População, Economia e Sociedade* (1985), João Gabriel Baptista, autor de “Etnohistória Indígena Piauiense” (1994), Reginaldo Miranda, em sua obra *São Gonçalo da Regeneração marchas e contramarchas de uma comunidade sertaneja: Da aldeia aos tempos atuais* (2004), Jóina Freitas Borges autora de *A história negada em busca de novos caminhos* (2004), Ana Stela de Negreiros Oliveira autora de “O Povoamento colonial do Sudeste do Piauí: Indígenas e Colonizadores, Conflitos e Resistência” (2007), Juciene Ricarde Apolinário, autora de “Os Akroá nos sertões coloniais: uma história de guerra e ‘paz’ entre currais e descobertos auríferos” (2011), João Paulo Peixoto Costa autor de “A farsa do extermínio: reflexões sobre a historiografia indígena no Piauí” (2013). Com recorte de 1953-2022, foram selecionadas apenas algumas obras específicas dentro desse período de tempo, esse recorte distinto demonstra como a abordagem sobre os indígenas nas obras mudam de acordo com os contextos em que foram escritas. O recorte e o escrutínio dessas obras elucidam um trabalho importante por parte de alguns autores/autoras a contrapelo desse paradigma do extermínio total.

Palavras-chave: Indígenas, Piauí, Historiografia.

INTRODUÇÃO

Atualmente, ao se pensar na identidade indígena no Piauí muitas perguntas acabam por surgir, como por exemplo: Ainda existem indígenas no estado do Piauí? Quais fatores tendem a reforçar uma certa narrativa de extinção desses povos? Pensando nisso fiz uma pesquisa qualitativa de caráter exploratório junto à bibliografia sobre o tema. Levando em conta que é um tema complexo, este trabalho serve como um passo inicial para futuras pesquisas mais densas e com outras abordagens e fontes. O objetivo principal deste trabalho é analisar como a historiografia piauiense e sobre o Piauí aborda a presença/ausência indígena no estado. Nossa propósito é identificar como os indígenas aparecem representados nessas obras, investigar a ausência/presença dos indígenas nas obras e explorar o impacto de movimentos indígenas contemporâneos no Piauí, como a Associação Itacoatiara, no município de Piripiri. Para isso, algumas obras bibliográficas que foram apresentadas ao longo do trabalho, são tomadas como fontes e objeto de pesquisa.

A escolha do título, “Essa História é Nossa!: (re)existências indígenas na historiografia sobre o Piauí (1953-2022)”, se deve ao fato da urgência dos povos originários estarem incluídos nas narrativas históricas sobre os mesmos, uma história contada sob a lente do homem branco, exclui o indígena enquanto indivíduo, negando sua identidade. Esse recorte temporal se deve ao fato de analisar como a abordagem sobre os indígenas vem se modificando com o passar do tempo e contexto histórico em que cada autor e autora escreveu.

Com base na obra de autores que abordam sobre os indígenas do Piauí, minha pesquisa se insere na área da história cultural, tendo como referencial teórico Roger Chartier (1991). Para ele as fontes não são janelas que nos permitem ver o passado tal como ele foi, mas sim as mediadoras de uma interpretação que sempre depende da posição do historiador e das condições de seu tempo.

Um dos principais pontos de partida da pesquisa é o que propõe João Paulo Peixoto Costa em seu texto, “A farsa do extermínio: reflexões sobre a historiografia indígena no Piauí”, no qual ele propõe uma renovação. Costa (2013) defende que a história dos indígenas do Piauí não seja mais encarada pelo ponto de vista da extinção, chamando também a atenção para a urgência na revisão de conceitos, como a sociedade enxergar uma pessoa indígena, destacando que se deve romper com velhos estereótipos, entrando muito na questão da identidade do que seria um “indígena de verdade” Costa (2013, p. 146).

Os povos indígenas do Piauí representam um grupo historicamente menos favorecido, justamente quando se analisa que por muito tempo, esses povos ficaram à sombra da história e

narrativas da perspectiva dos colonizadores, aparecendo apenas como “selvagens” que foram aldeados pelos mesmos, e aqueles que resistiram acabaram por serem completamente “exterminados”, pelo menos era o que se acreditava por muito tempo, ficando até mesmo no senso comum.

Atualmente o Piauí tem, 27 comunidades indígenas, de 8 etnias/povos (Guajajara, Gamela, Caboclo Gamela, Tabajara/Tapuio, Tabajara Ypy, Warao, Kariri e Guegue), distribuídos em 10 municípios, (Bom Jesus, Uruçuí, Piripiri, Teresina, Currais, Santa Filomena, Paulistana, Queimada Nova, Lagoa de São Francisco e Baixa Grande do Ribeiro), totalizando 1.476 famílias, 4.200 pessoas/habitantes.

No primeiro item, intitulado “Encontro com o “estranho”, primeiros contatos entre os indígenas do Piauí com o colonizador Europeu”, pretendo trazer um breve contexto de como ocorreu a colonização do Piauí e como os colonizadores afetaram a vida dos indígenas que habitavam tais terras na época. Usando como referência os autores, João Pacheco de Oliveira (2014), Marylu Alves de Oliveira (2020), Fernanda Aires Bombardi (2020) e Mairton Celestino da Silva (2016).

Na segunda parte do texto, “A presença dos indígenas na historiografia sobre o Piauí”, busquei fazer uma análise de como esse indivíduo indígena teve sua história resumida a massacres e extinção. A reflexão me trouxe à problematização de uma nova perspectiva historiográfica, na qual a questão do extermínio é desmistificada, havendo a quebra do velho paradigma do completo desaparecimento desses povos no estado do Piauí, na medida em que se percebeu, na análise desses autores e autoras, de diferentes perspectivas, como se deu as interações dos indígenas do Piauí com o colonizador.

Sobre o “extermínio” indígena no Piauí, esse mito do extermínio é colocado como se os povos indígenas não existissem mais no território piauiense, tendo havido sim extermínio, porém, não total, como apontam alguns textos. Foi muito alimentado por alguns autores como, Monsenhor Chaves, em sua obra *O índio no solo piauiense* (1953), e Reginaldo Miranda, em *São Gonçalo da Regeneração marchas e contramarchas de uma comunidade sertaneja: da aldeia aos tempos atuais* (2004). Em seus trabalhos, o indígena aparece justamente retratado dentro de uma narrativa de genocídio, porém, o surgimento de novos trabalhos, entram nessa questão do apagamento da presença indígena no solo piauiense. Em novos trabalhos, como os de Ana Stela de Negreiros Oliveira, em “O Povoamento colonial do Sudeste do Piauí: Indígenas e Colonizadores, Conflitos e Resistência” (2007), e de Roberto Kennedy Gomes Franco, em “Histórias orais dos remanescentes indígenas no território do Piauí no século XXI” (2014), o indígena piauiense passa a ser visto de forma social e saindo

da lógica do extermínio. Nota-se que, atualmente, tais ideias de total extermínio indígena no Piauí não mais se sustentam na historiografia sobre o Piauí.

Mesmo que atualmente os indígenas do estado do Piauí estejam tendo uma maior visibilidade, ela ainda é insuficiente para tirar do senso comum essa ideia de “extermínio”. No terceiro item, intitulado “(Re)Existências indígenas no Piauí: os tabajaras de Piripiri”, foco especificamente no surgimento da Associação Itacoatiara e o povo Tabajara de Piripiri, no estado do Piauí. Observa-se um resgate desses povos que, atualmente, passaram a se reunir, se afirmando enquanto indígenas, rompendo paradigmas e levantando discussões acerca de seu suposto desaparecimento total. Faz-se importante que suas histórias sejam escritas por uma ótica não eurocêntrica, refletindo sobre suas lutas e (re)existências.

Esse trabalho tem, sobretudo, uma justificativa social, pois ele soma a um momento importante para o próprio reconhecimento de muitos piauienses que possuem ascendência indígena. Busca atuar na promoção de uma certa conscientização por parte da população em encontro com sua própria identidade, e para que se perceba como as ideias de extermínio total são insustentáveis. À nível pessoal e íntimo, tive, por anos, uma certa crise por não entender onde me encaixava numa identidade racial, por meio de relatos de parentes já falecidos, descobri que tenho ascendência indígena. Graças ao Programa Residência Pedagógica e à minha preceptor Luciane Moreira, conheci a comunidade indígena Tabajaras de Piripiri, onde fui reconhecido como indígena pelo cacique do Piauí, José Guilherme “Pedra Garantida”.

Encontro com o “estranho”, primeiros contatos entre os indígenas do Piauí com o colonizador europeu

O Piauí, em suas terras, abrigou inúmeras populações nativas, que ficaram perante aos conflitos iminentes, quando os colonizadores chegaram querendo tomar posse de seus territórios, instalando fazendas, currais e sítios portugueses, os colonizadores da região tiveram que lidar com tais nativos e aderiram a políticas indigenistas.

Segundo Bombardi (2020), uma dessas políticas eram as guerras justas, formalmente utilizadas contra os índios inimigos, a capitania do Piauí teve João Pereira Caldas, nomeado como o primeiro governador da região e com a implementação de políticas pombalinas, o governador ordenou a expulsão dos jesuítas das fazendas que tinham posse, esses religiosos perderam também a administração de aldeamentos. As guerras contra os grupos indígenas eram usadas para favorecer o interesse dos colonizadores, porém, essas inúmeras guerras

travadas e a expansão da pecuária não foram capazes de expulsar ou dizimar todos os grupos indígenas do Piauí. De modo geral, articulando a escravidão e o extermínio indígenas com um quadro maior. Com a chegada dos colonizadores às terras que viriam a ser o Brasil, o contato com os nativos resultou em diversos conflitos.

Entre 1534 e 1536, houve a criação de 12 capitâncias, indivisíveis e hereditárias. Segundo Oliveira (2014), essas capitâncias eram organizadas da seguinte forma:

Cabia aos capitães o poder, entre outros, de nomear quase todos os oficiais (ouvidor, meirinho, escrivães); criar e empossar os conselhos; vetar os juízes ordinários e decidir sobre o estabelecimento de povoações. Cabe destacar dois outros poderes aqui: o de aplicar a pena de morte e talhamento de membro aos peões, índios e escravos; e o de conceder terras em regime de sesmaria a pessoas de todas as condições (Oliveira, 2014, p. 138).

Esse modelo, porém, em mais de uma década, obteve resultados limitados, algumas povoações foram estabelecidas ao longo do litoral, os primeiros trabalhos de lavoura foram então iniciados pelos colonos, essas povoações em sua maioria, eram frequentemente sitiadas por indígenas e muitos conflitos se sucederam, enfatiza-se que os avanços da colonização não foram realizados sem que houvesse conflitos e resistência por parte dos grupos indígenas. Essas populações indígenas eram vistas pelos colonos como “primitivas” e não como integrantes efetivos do encontro colonial. Esses sujeitos históricos foram colocados, por certo contexto histórico, numa zona de invisibilidade e anonimato, que escapam já no final do século XX, como menciona o autor:

Apesar da enorme redução populacional por que passaram, os indígenas da faixa atlântica não foram extintos ao longo do século XVI, como supõem expectativas e preconceitos ainda vigentes. As pesquisas realizadas pelos antropólogos na última década identificaram a presença de mais de três dezenas de coletividades que se autoidentificam como indígenas nos sertões e na faixa atlântica do Nordeste, incluindo populações litorâneas que foram extensamente objeto de crônicas e de ações coloniais, como os potiguaras, tupinambás e tupiniquins (Oliveira, 2014, p. 160).

A escravização dos indígenas se fez presente desde da chegada dos portugueses, adquirindo, porém, uma nova dimensão com as atividades do sistema agrícola no Nordeste, a economia açucareira, teve como molde a escravidão indígena. A história do Piauí, por um bom tempo, foi marcada na historiografia por uma perspectiva dos vencedores, aqueles que teriam “desbravado” os sertões e colonizado essa terra habitada por povos que foram chamados de “selvagens”. Essa denominação do indígena enquanto “selvagem”, reforça uma das justificativas do colonizador para a escravização e dominação dos indígenas, como coloca

Chartier (1988, p. 16): “A história cultural pretende não tomar como dadas nem as divisões do mundo social nem as evidências da experiência dos homens, mas apreender as representações que dão sentido e realidade a essas divisões e a essas evidências”. Essas representações são, portanto, construções sociais, que devem ser repensadas em como foram utilizadas para justificativas como a escravização de povos indígenas.

Segundo Marylu Alves de Oliveira (2020), tal produção de conhecimento acabou por impossibilitar, durante longo período, caminhos distintos para um revisitado fazer histórico. O processo colonial no Piauí foi marcado por múltiplas violências, os sertanistas em suas expedições colonizadoras, tiveram como grande objetivo a tomada das terras habitadas por povos indígenas, o que levou a diversos conflitos armados e como resultado, a dizimação de variadas etnias indígenas.

Dentre os sertanistas que levaram a cabo as expedições colonizadoras, destacam-se Domingos Afonso Sertão, também conhecido como Domingos Afonso Mafrense, e Francisco Dias D'Ávila da Casa da Torre como os maiores detentores de sesmarias e de rebanhos vacum e cavalar no Piauí colonial. O resultado deste processo violento foi o despovoamento das populações nativas, a instalação dos currais pelos fazendeiros paulistas, baianos e pernambucanos e, posteriormente, a instituição da Capitania de São José do Piauí. A partir do final do século XVII, estrutura-se no Piauí uma economia ganadeira, uma sociedade rural e centrífuga com base no uso da mão de obra escrava (Lima, 2020, p. 10).

Entre os séculos XVII e XVIII, a vida urbana na capitania piauiense era bastante incipiente, sendo limitada a pequenos núcleos populacionais e fazendas voltadas para a criação de gado. Quadro esse que começou a mudar a partir de 1762, quando a vila da Mocha, enquanto aparelho político-administrativo, passou a ser considerada cidade e capital da capitania, recebendo a denominação de Oeiras, posteriormente, ocorrendo a elevação das freguesias Marvão, Parnaíba, Valença, Campo Maior, Parnaguá e Jerumenha em vilas, se consolidando assim a formação de centros administrativos e urbanos no território.

Com o Piauí inserido no mundo Atlântico, houve a exploração de recursos, por meios fluviais, pelos rios Parnaíba e Tocantins. Ademais, foi estabelecida comunicação com colonizadores, holandeses, franceses, espanhóis e portugueses durante todo o período colonial. Segundo Mairton Celestino da Silva (2016), dos navios não vinham apenas colonos, mercadorias e escravos, mas também ideias, projetos de colonização e opiniões acerca do destino, das liberdades e das formas de cativeiros as quais deviam se subordinar tanto os indígenas quanto os sujeitos de África. A presença de uma sociedade diversificada acabou por gerar uma mestiçagem não proposital que foi alvo de críticas por parte de missionários e ouvidores. O autor cita como exemplo o Padre Miguel, que em 1694 visitou fazendas de gado

vacum e cavalar no Piauí, registrando 36 grupos indígenas, que faziam guerras com os moradores da freguesia de Nossa Senhora da Vitória. Esse contato com outras culturas abre margens para diversas interpretações por parte dos colonizadores, mas em grande maioria, creditava ao indígena o estereótipo de “selvagem”, que atrapalham o processo colonizador e que deveriam ser exterminados, porém, outros achavam que esses povos deveriam ser inseridos na sociedade por meio da catequização.

Embora reconhecendo as diversidades, ambos tiram conclusões divergentes a respeito dos resultados desse encontro de culturas e de sujeitos. Para Padre Miguel de Carvalho, a diversidade indígena funcionaria como um catalisador das vontades dos grupos indígenas a sempre se rebelarem, daí o missionário os eleger como os mais bravos e guerreiros que se acham no Brasil. Para o ouvidor Durão, eram esses sujeitos verdadeiros “demônios encarnados”, que com uma casa de palha, “um cavalo, uma espada, uma faca e alguns carros [...] se sustentam enquanto lhes é preciso andar no mato” (Silva, 2016, p. 22).

Se nota no trecho acima que o Padre Miguel e o ouvidor Durão tinham visões contrastantes acerca dos indígenas. Para o Padre, a catequização seria um caminho para solucionar tal problema. Por outro lado, o Ouvidor demonizava os povos indígenas, atribuindo a eles uma desumanização, sua postura é mais brutal e cheia de ódio, sugerindo que os povos indígenas eram “atrasados” por não terem o mesmo modo de vida do homem branco. O indígena aparecia como “selvagem”, cuja única solução, para o Ouvidor, era o extermínio, essas representações foram moldadas pelos preconceitos dos colonizadores, o que influencia a forma como esses povos são retratados na história. Os aldeamentos ao qual os indígenas foram submetidos foi dentro do ambiente colonial, uma redefinição de suas próprias identidades, o contato com o colonizador gerou uma rearticulação étnica, isso ocasionou reinvenções culturais dos grupos indígenas e não sua dizimação.

Eram criadas justificativas para se ampliar as áreas de produção pastoril sobre as terras indígenas que os colonizadores cobiçavam, pois, para eles, eram habitadas por “gentio bárbaro”. Aos grupos indígenas eram realizadas diversas acusações como mortes, assalto, queima de fazendas, entre outras alegações. Segundo a autora Fernanda Aires Bombardi (2020), entre 1747 e 1749, foram reportadas dezenas de denúncias sobre as mortes e assaltos que os guegues estavam promovendo nos sertões do Piauí, foi decidido em uma reunião da junta das Missões, pela declaração de uma guerra defensiva até que o rei autorizasse uma guerra ofensiva, tais medidas acabaram por ajudar a conter as ações do povo guegues no sul do Piauí, foi o que noticiou o governador, que relatou ao monarca que esses ataques teriam se estendido a outras regiões. É muito interessante notar que nesses relatos, em agosto de 1750,

feitos por Pedro Gurjão, que perante tal ameaça do colonizador, grupos indígenas que antes eram considerados inimigos entre si, atuaram em conjunto para atacar os portugueses, grupos esses sendo os guegues e acroás, no entanto, mesmo que essa aliança tenha sido significativa, não durou muito tempo. Em julho de 1765, o comandante Castelo Branco, relatou uma possível tentativa de ataque à aldeia dos guegues, por meio de uma intérprete, a tropa se comunicou com um indígena guegue que encontraram na descida do rio, de acordo com Bombardi:

Após ouvir a proposta de acordo, um dos principais dos guegues conduziu alguns portugueses à sua aldeia. Na ocasião, o comandante prometeu ajudá-los a combater os acroás, com quem voltaram a estabelecer relações de inimizade. No entanto, terminada a negociação, o governador ordenou que Castelo Branco suspendesse a campanha contra os acroás e que conduzisse os guegues para a cidade de Oeiras. E assim foi feito. Em novembro de 1764, chegaram à capital do Piauí cerca de 400 índios que foram aldeados ao norte da capitania, onde se fundou o aldeamento São João de Sande (Bombardi, 2020, p. 62-63).

Os colonizadores tiravam proveito das rivalidades entre grupos indígenas para que esses se voltassem uns contra os outros, como no caso dos guegues que chegaram a se aliar com os acroás contra a ameaça do colonizador, mas que, posteriormente, fizeram alianças com os colonos contra os acroás, pois agora seus interesses haviam mudado, porém, os guegues acabaram por serem aldeados pelos portugueses. A história dos povos indígenas do Piauí, trabalhada em muitas obras, apontam para o “desaparecimento” desses grupos, sendo apontadas causas como os impactos das guerras durante a colonização, as epidemias e a escravização, ignorando a trajetória desses indivíduos enquanto sujeitos. Porém, se percebe que os povos indígenas não haviam sido exterminados e sim que estavam em processo de resistência, essas guerras justas eram usadas para subjugar os indígenas que não aceitavam serem aldeados, o que significa abrir mão de suas culturas e modo de vida em prol dos costumes dos colonizadores. Em alguns trabalhos, os indígenas são representados como vítimas e mão de obra explorada no processo de expansão colonial, a história passa a ser lida pela lente do colonizador e se deve pensar novas problemáticas a respeito disso.

O Indígena na historiografia piauiense e sobre o Piauí

Nessa seção, o principal objetivo é analisar obras da historiografia piauiense e sobre o Piauí, tendo como fonte obras que abordam o indígena piauiense, investigando como esse indígena aparece representado no contexto que os autores escreveram. Percebe-se como

alguns trabalhos reforçam a ideia de “extermínio total” indígena no estado do Piauí, se limita a representação do sujeito indígena, a um processo de aculturação e extermínio. No entanto, essa perspectiva vem sendo transformada, sendo importante reconhecer que muitos autores produzem suas obras dentro do contexto cultural e social em que estão inseridos, assim, as narrativas históricas são moldadas não apenas pelos eventos em si, mas também pela interpretação e pela perspectiva dos historiadores que as constroem, como nos lembra Chartier (1991).

Monsenhor Chaves, em sua obra *O índio no solo piauiense* (1953), aponta que Domingos Jorge Velho foi o primeiro homem branco a hostilizar os povos originários que residiam em território piauiense, ao chegar em solo piauiense por volta de 1662. Os indígenas resistiram a invasão dos brancos, porém sofreram incontáveis violências, houve um processo genocida contra os povos que aqui residiam, uma falsa moral cristã que os levavam para aldeamentos. O autor leva a entender que os indígenas viviam, de certa forma, bem antes da chegada dos colonizadores, que aldeias inteiras teriam sido, portanto, aniquiladas e aquelas que restaram haviam sido pacificadas e aldeadas. O autor traz a informação da existência de 52 tribos e ressalta que a chegada de Domingos Afonso Sertão, ao solo piauiense, trouxe muitas mudanças, sendo esse capitão, sem dúvidas, a figura principal do “desbravamento” e colonização de nosso solo, não havendo mais tréguas na luta contra aqueles povos “selvagens”.

A guerra continuou, porém, encarniçada no território piauiense ainda durante alguns anos. Mas aquela fibra de ataque de nossos índios tinha sido quebrada em toda a linha. A ação enérgica, e muitas vezes desumana, dos Mestres de Campo e dos proprietários particulares de fazendas de gado, tinha aniquilado, definitivamente, as confederações de selvagens. Sucedem-se as rendições e os aldeamentos das tribus, umas vezes sob a ameaça das armas dos Mestres de Campo e dos preadeiros de índio, outras vezes ao simples apelo pacífico dos missionários, ou de alguma autoridade compreensiva e hulrianitária que com êles negociava (Chaves, 1953, p. 21).

Nesse ponto, para o autor, se inicia uma certa assimilação do “selvagem” à civilização, após a criação de uma província no Piauí, a maioria dos indígenas já haviam sido aldeados, havendo ainda exceções, o uso do termo “selvagem” trouxe uma visão eurocêntrica do indígena, o que acabou por colocá-los numa perspectiva de desvalorização e desumanização, sendo ignorada a complexidade sócio cultural desses povos. Havia ocasionais furtos de gado, por terem uma cultura e visão diferente tal qual entendia os brancos, essa noção de propriedade para eles era inexistente. Tais acontecimentos eram pretextos para que o homem branco iniciasse matanças e guerras, motivados por ódio aos indígenas, denota-se como essas

narrativas foram construídas a partir de interesse e relações de poder, o europeu nesse caso se fazendo “superior” ao indígena. Em sua narrativa, o autor aponta para a opressão e violência que esses povos sofreram, assim como a resistência dos mesmos em continuarem lutando, por isso, sua obra é usada como exemplo quando se fala em “inferioridade cultural” e “genocídio”.

João Paulo Peixoto Costa, em “A farsa do extermínio: reflexões para uma nova história dos índios no Piauí” (2013), afirma que, embora o autor Monsenhor Chaves mencione a importância de conhecermos a história desses povos indígenas, ele continua os colocando na posição de extintos. Mesmo aqueles que escrevem defendendo a causa desses indígenas mortos e misturados, denunciando o genocídio e fazendo uma justiça declaradamente tardia, continuam de certa forma, a mata-los nos seus textos.

Monsenhor Chaves enfatiza essa posição dos indígenas enquanto grandes vítimas do colonizador branco, o que de certa maneira tira a atenção para as lutas desses povos. Ele também aponta figuras históricas como o sertanista Domingos Jorge Velho, como grandes causadores do sofrimento indígena, o que é inegável, todavia, enquanto religioso, ele não critica a igreja e o papel que ela teve no impacto da vida desses povos com a catequização. Nota-se em seu texto que ele enxerga os nativos do Piauí como “selvagens”, se referindo a eles dessa forma durante sua escrita, porém, ele coloca o europeu no mesmo patamar de selvageria, mesmo com essa percepção acerca desses povos, o autor destaca o homem branco como causador de inúmeras atrocidades, sendo os indígenas as grandes vítimas desse processo.

Luiz Mott, autor de *Piauí colonial; População, Economia e Sociedade* (1985), fez um levantamento no Arquivo Público do Estado do Piauí (Casa Anísio Brito), essa documentação acerca dos indígenas legisla essa classe de “súditos”, tidos como ameaçadores à soberania do colonizador branco, tratados como um problema nas ocupações de terras e expansão pecuária. Aqueles que escreveram tal documentação não tinham interesse em fazer registros da vida e costumes desses povos, sendo uma documentação pobre de informações acerca deles, uma vez que tinham o intuito de dominar os povos que fossem mais dóceis e destruir aqueles mais renitentes, essa documentação oficial, omissa à cultura desses povos, refere-se muito mais aos problemas de contato com essas aldeias, sendo os acroás e os guegues os dois grupos mais populoso.

Em vista disso, o autor trabalhou com o material de viajantes e cronistas, buscando abordar aspectos mais culturais dos indígenas que habitaram os primórdios piauiense e, analisou uma documentação datada de 1697, de autoria do Padre Miguel de Carvalho, cujo

título é “Descrição do sertão do Piauí”, na qual o Pe. Carvalho traz a distribuição espacial de vários grupos tribais e em sua “Descrição”, feita 23 anos após Domingos Afonso Sertão ter “conquistado” o Piauí, informa sobre o total de moradores das 129 fazendas de gado espalhadas pelo sertão, nessa composição por cor, os índios aparecem como 13.5%, presentes nas fazendas, sendo 59 indivíduos.

Segundo o autor, ao todo o Pe. Carvalho enumera 37 grupos indígenas, afirmando ter outras nações das quais desconhecia o nome, além de mencionar que vez ou outra, passava algumas hordas de indígenas, pelo território piauiense, fugidos de seus habitats e encerrados pela expansão agropastoril. Como a figura do “índio” enquanto “selvagem” e “hostis” contra os primeiros povoadores persistia, os colonizadores teriam buscado um remédio para lidar com esse grande mal, remédio esse que seria a violência.

Mott (1985) analisa os impactos crueis da colonização contra os povos indígenas, embora que nesse trabalho específico ele não mencione sobre a existência de certos grupos atualmente, fica entendido que ele vê o indígena como um ser cultural, cuja cultura é diferente da cultura do colonizador, mas assim como outros autores, como Monsenhor Chaves (1953), seu foco aqui é acerca do genocídio que esses indígenas sofreram e como isso culminou com o “desaparecimento” dos mesmos.

Os povos indígenas do Piauí sofreram com o impacto da chegada dos portugueses, passando por um processo de aculturação da qual tentaram resistir. Discorre sobre como os indígenas do Piauí foram envolvidos no sistema pecuário imposto pelos colonizadores, enquanto alguns foram apenas vítimas forçados a uma condição escrava ou semiescrava, a resistência indígena não teria sido apenas por confrontos diretos, houve alianças entre os grupos indígenas com os colonizadores. É inegável que a vida desses povos foi alterada com a chegada dos colonos e as mudanças sofridas em seus territórios com o avanço da pecuária, sendo eles subjugados e marginalizados.

João Gabriel Baptista, autor de “Etnohistória Indígena Piauiense” (1994), afirma que o “Índio” é uma construção, não possuindo apenas uma definição. Um aspecto salientado por ele, é o cultural, os aspectos culturais dos indígenas se fazem presentes na nossa sociedade, embora, segundo ele, os mesmos não “existam” mais no Piauí. Devemos ressaltar que muitos desses autores são frutos do seu tempo, sendo assim, acabam por legitimar o “extermínio” indígena no Piauí. Como argumenta Chartier (1991), as práticas de leitura e a recepção de textos históricos variam de acordo com o contexto social e cultural, influenciando a maneira como as narrativas são compreendidas, a forma como essas narrativas foram escritas são um reflexo da classe dominante da época, isso revela que a ausência/presença dos indígenas na

historiografia e o mito de que foram extintos, acabam sofrendo omissão por práticas socioculturais de poder, nos levando a questionar quem teria escrito a história do Piauí, percebendo as influências das elites coloniais nessa produção histórica e, posteriormente, intelectuais alinhados com as visões eurocêntricas sobre os indígenas. Portanto, essa ausência ou “extermínio total” dos indígenas seria não apenas um desinteresse, mas a construção de uma identidade regional que servia às elites.

Para o autor, deve haver a contextualização da história indígena sendo vista a partir das interações entre os indígenas e os colonizadores, essas interações teriam criado novas dinâmicas sociais, embora ele não aprofunde como eram as complexidades dessas dinâmicas. Diferente de Chaves (1953), busca desmistificar a ideia do indígena enquanto vítima, os indígenas do Piauí não teriam sido meras vítimas da colonização, pois tinham a capacidade de resistência perante o novo cenário ao qual foram expostos com a colonização. De certa forma há uma romantização, mesmo que não intencional, da resistência indígena, ao narrar suas vitórias e conquistas, pois deixam de lado as consequências de tais conflitos com o colonizador, como os traumas e mortes. Mesmo buscando descrever a história dos povos indígenas do Piauí, enquanto sujeitos ativos, muitas vezes acabam por colocar os indígenas em uma certa representação de “dominados”.

Reginaldo Miranda, em sua obra *São Gonçalo da Regeneração marchas e contramarchas de uma comunidade sertaneja: Da aldeia aos tempos atuais* (2004), traz relatos de massacres e extermínio indígena. Discorre sobre a questão da aniquilação e aldeamento indígena. Interessante se perceber que, para os brancos colonizadores e até mesmo na visão de alguns autores, esse processo de aldeamento representava uma quebra do indivíduo com sua identidade indígena, ou seja, como que, de certa forma, o indivíduo deixasse de ser indígena após ser aldeado, essa percepção reforça a ideia do aldeamento enquanto apagamento cultural, pois com ele o indígena deixaria suas práticas culturais, se nega por exemplo a possibilidade de formas de ressignificação identitária. No Piauí houve sim resistência, mesmo que isso tenha causado uma certa aculturação do elemento indígena, os indígenas do Piauí lutaram contra a invasão branca, defendendo seus primitivos territórios, acontecimento que ficou persistente por quase todo o período colonial.

Em sua obra, Miranda (2004) traz uma pesquisa sobre um desses aldeamentos, o de São Gonçalo do Amarante, que foi criado em 26 de setembro de 1772. Segundo o autor, esses aldeamentos eram unidades autônomas criadas com indígenas capturados, estabelecidos em algum ponto da Capitania do Piauí. Se deve reforçar aqui que esses aldeamentos era uma prática de controle colonial e, além disso, atuavam como uma estratégia para negar a

existência de indígenas, pois dentro do contexto, uma vez aldeados e pacificados, os indígenas estariam “deixando” suas identidades indígenas para trás, isso os invisibilizam enquanto sujeitos históricos, essa representação do indígena aldeado deve ser repensada em novo contexto de resistência e protagonismo, reconhecendo que resistiram mesmo perante tal opressão, Como nos lembra Chartier (1991), as representações sociais estão intrinsecamente ligadas às relações de poder, o que pode influenciar a forma como determinadas histórias são contadas ou silenciadas. A classe dominante acaba por menosprezar o modo de vida da classe oprimida, nesse caso os indígenas, que tiveram seus saberes socioculturais invalidados pelos portugueses.

A exploração do elemento indígena é, segundo Miranda (2004), um dos piores ou o pior mal que a sociedade colonial praticou, visando o progresso dos aldeamentos, os indígenas piauienses foram severamente e generalizadamente explorados, dispersos em vários pontos da capitania, servindo variadas classes sociais, o autor discorre acerca de uma perspectiva de genocídio e etnocídio desses povos. Assim como Baptista (1994), ele também discute as interações entre os colonizadores e os indígenas, todavia, se percebe que Miranda (2004) atribui bastante ênfase para as violências sofridas por esses povos, mesmo que seja necessário, tal enfatização tira a atenção para a resistência e lutas dos mesmos. Um dos temas centrais analisados em sua obra é que esse “extermínio indígena” não foi somente físico, mas também cultural. Essas populações indígenas teriam sido levadas ao “declínio” decorrente da invasão de suas terras, doenças trazidas pelos colonos e as múltiplas violências sofridas. Mesmo que traga uma visão mais complexa dos indígenas, em sua abordagem metodológica faz bastante uso de documentação colonial, na qual os indígenas aparecem retratados dentro de uma visão do colonizador. O autor enfatiza que, mesmo que tais grupos tenham sido forçados à adaptação ao interagirem com os colonos, por meios dos aldeamentos, parte de suas culturas teria sobrevivido por meio dessa integração, e que essa cultura influenciou a identidade local de São Gonçalo do Amarante, que haja legitimação dessas experiências indígenas na história local, pois, apesar do “extermínio físico”, o legado cultural arrumou um jeito de permanecer na região.

Segundo a Profa. Jóina Freitas Borges (2004), a historiografia piauiense é errônea ao apontar a dizimação dos índios no estado, pois havia uma política de negação da identidade indígena que vem desde a própria colonização portuguesa. No Piauí ocorreu um processo que inviabiliza os povos originários. Autora da obra *A história negada em busca de novos caminhos*, Borges (2004) escreve sobre os indígenas do Piauí dentro de um contexto de revisionismo, estuda não somente o passado histórico do povo Tremembé, mas também a luta

atual desse povo, enfatizando a importância de ouvi-los, como eles constroem sua própria história e identidade indígena e destaca que esse discurso de genocídio que vinha sendo alimentado pela historiografia piauiense não se sustenta mais. Como afirma:

Longe da dicotomia simplista que classifica as culturas indígenas entre anjos ou demônios, os tremembés, como quaisquer outros homens, tentaram preservar seus interesses e domínios a todo custo. Eles reagiram às tentativas de dominação, se aliando ou combatendo os estrangeiros segundo as suas necessidades, sendo verdadeiros mercenários em algumas ocasiões. De toda forma, algumas de suas ações derrubam a visão idílica de “índios inocentes” que foram “exterminados” pelo branco mais ardiloso (para não usar a palavra implícita, “inteligente”) (Borges, 2004, p. 114).

Borges (2004) demonstra essa mudança de perspectiva do indígena piauiense dito antes como exterminado, para esse novo momento, do indígena enquanto um sujeito de sua própria história, desmistificando tal ideia de extermínio. Mostra como a questão da identidade se faz marcante nesse novo momento da historiografia piauiense, aqui os indígenas provam que não foram exterminados e que resistiram à colonização, lutando constantemente nesse processo de reconhecimento identitário, sendo de suma importância serem ouvidos. O olhar do conquistador que, segundo a autora, coloca esse sujeito “índio” como uma designação de diversidade de gentes, este “índio” aparece na historiografia como um objeto de processo, raramente como o próprio sujeito, a história estaria mais interessada em dar destaque para a colonização, em contrapartida, ignorando o povoamento dos povos nativos.

As narrativas indígenas são tratadas numa história tradicional, através da lente de perspectiva do colonizador, essa é uma das principais críticas da autora. A história desses povos estaria, portanto, sendo negada ou apagada. Para Borges (2004), os indígenas tiveram papel ativo na resistência contra o colonizador, resistência essa que muitas vezes acaba sendo invisibilizada. Quando ela fala em novos caminhos, é justamente uma forte crítica à forma como esses indivíduos indígenas são tratados nessa história tradicional, para que se construam narrativas mais inclusivas a respeito desses povos indígenas.

Ana Stela de Negreiros Oliveira, em seu trabalho, “O Povoamento colonial do Sudeste do Piauí: Indígenas e Colonizadores, Conflitos e Resistência” (2007), buscando identificar e localizar povos indígenas que teriam povoados a região Sudeste do Piauí, destacando o povo Pimenteiras, analisou a documentação do acervo público do Estado do Piauí. O homem branco começou suas implementações no Piauí em meados do século XVI, tendo sido realizadas várias expedições, cujo o intuito era expulsar os nativos, submetendo-os à escravidão e aldeamentos. O processo de extermínio indígena no Piauí se intensificou com a

chegada de colonizadores procedentes da Bahia, durante o século XVII, menciona que o grupo indígena Pimenteira é o mais citado a partir de 1769 na documentação do Arquivo Público do Piauí, pois estava em guerra com o colonizador. Para a autora, o indígena é um sujeito ativo da sua história, mesmo aparecendo nas documentações enquanto selvagem, silvícola, gentio bravo ou obstáculo à colonização, e como atualmente sabemos tão pouco sobre suas culturas.

O governo, como destaca Oliveira (2007), utilizava todos os tipos de artifício para fazer com que a guerra acontecesse. Interessante se perceber a persuasão de João do Rego Castelo Branco em combater tal ameaça indígena, pois, mesmo depois de ficar cego, ainda era o cabeça por trás das expedições, comandando e controlando o grupo, tendo nomeado seus dois filhos, Felix do Rego e Antônio do Rego, como executores de suas ordens. Não se teve registro de grandes batalhas, relatos mostram que quando a tropa chegava, os Pimenteiras já não estavam mais no local, levando a crer que era um grupo pequeno em constante mobilidade, era empregado um discurso dos indígenas Pimenteiras, como “índios bárbaros” e “hostis”, o qual era usado para buscar realçar a “ferocidade” do grupo, discursos utilizados como justificativa para a guerra.

Os Pimenteiras tiveram um período pacífico com o colonizador, mas em 1769 se iniciou a guerra contra esse povo, que teria voltado a atacar fazendas, demonstrando hostilidade. O grupo resistiu, o que levou muitos fazendeiros a abandonarem suas fazendas, segundo Oliveira (2007), após diversos combates, os Pimenteiras foram dados como “extintos” pelo governo do Piauí, em 1815, e a conquista foi dada como “concluída”.

Ana Stela de Negreiros Oliveira, traz como um dos temas centrais, os conflitos e formas de resistência desses povos, dando ênfase ao grupo específico Pimenteiras. Mesmo narrando como a colonização impactou cruelmente esses povos, com múltiplas violências, invasão e perdas de seus territórios. Afirma que os indígenas do Piauí não foram extintos, pois, mesmo com a destruição ou dispersão de muitas tribos, os indígenas conseguiram sobreviver, permanecendo nas regiões em que viviam, se reintegrando na estrutura social imposta pelo homem branco, sendo assim se preservando de variadas formas. Portanto eles não foram extintos e sim passaram por um processo de transformação e resistência.

Juciene Ricarde Apolinário, em “Os Akroá nos sertões coloniais: uma história de guerra e ‘paz’ entre currais e descobertos auríferos” (2011), trabalha com o povo acroá, menciona que esse povo foi “dizimado” nos constantes confrontos com seus opositores. Segundo Apolinário (2011), os acroá atuavam no imaginário luso-brasileiro como “criaturas inferiores”, tendo sido ressignificados na documentação arrolada como “bárbaros”, essas

designações os jogavam para um local de exclusão, afinal, não estavam dentro dos valores e experiências socioculturais europeias. As campanhas organizadas contra esse povo, demonstram uma nítida negação da humanidade do outro, o colonizador tratando o indígena como “presas animalescas”, essas representações demonstram os reflexos de uma “legitimização” do europeu enquanto tentativa de se colocar como superior ao indígena, porém os indígenas resistiam contra as representações impostas pelos colonizadores, como nos lembra Chartier:

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (Chartier, 1988, p. 17).

Os colonos adotavam práticas sistemáticas de aniquilação cultural e física, a violência é legitimada pelo poder colonial e colocada como uma “necessidade” civilizatória, é construída uma narrativa que tende a naturalizar a exclusão desse povo, afinal, a colonização no estado foi marcada por ações e embates violentos, demonstrando como o colonizador, na grande maioria das vezes, não via humanidade no indígena.

A história de São Gonçalo do Amarante é marcada por maus-tratos dos não indígenas para com os indígenas, que não suportando tais violências, acabavam por se rebelar. Segundo Apolinário (2011), os acróa entraram em processo de desaparecimento pelas poucas referências que se encontram na documentação e em grande medida pelos choques violentos ocorridos nas contínuas guerras travadas na segunda metade do século XVIII, portanto, esse povo teria sido extinto, e, sofrido miscigenação com portugueses, outros grupos indígenas e negros.

Os Akroá reagiram às ações dos colonizadores, ora aceitando ser aldeados, ora se sublevando nesses mesmos aldeamentos ou se tornando aliados ao lutar contra indígenas inimigos. Na verdade, esse grupo étnico criou mecanismos de resistência contra as práticas colonizadoras que pouco a pouco os expulsaram de seus territórios originários e os abarcaram no processo assimilativo que os fez desaparecer na camada populacional não indígena (Apolinário, 2011, p. 163).

Apolinário (2011), assim como outros autores já mencionados, também analisa a interação dos grupos indígenas com os colonizadores. Destaca as adaptações, resistência e conflitos que esse povo enfrentou, enquanto lutava contra a colonização. Há uma escassez de documentos diretos para trabalhar narrativas indígenas, logo faz uso de relatos feitos pelos colonos, influenciados por uma narrativa eurocêntrica. Essa proposta de “paz” dos colonos,

nada mais era que uma tentativa de subordinação. Mesmo com essa coexistência forçada com os colonos, esse povo conseguiu manter aspectos identitários de sua cultura.

João Paulo Peixoto Costa em seu texto, “A farsa do extermínio: reflexões sobre a historiografia indígena no Piauí” (2013), discorre sobre essa perspectiva de uma nova história sobre o indígena do Piauí, não mais a ideia de extermínio, e sim de desmistificação de tal ideia. Segundo ele, a história dos indígenas no Piauí vem sendo, ao longo dos anos, uma história do massacre, certos da ideia de que os antigos povos nativos que habitavam o atual território piauiense foram dizimados, existe um certo esquecimento intencional por parte de intelectuais do estado, denuncia um certo problema epistemológico e metodológico, na historiografia que trata do indígena piauiense, o fato de uma parte da historiografia trabalhar com a não existência, estaria, portanto, materializando o vazio e constando de forma vaga, o extermínio.

Costa (2013) cita que alguns autores trazem uma perspectiva de pacificação gratuita que teria vindo com o aldeamento, crítica sobre como é importante que a historiografia urgentemente se conecte com a necessidade daqueles que estão vivos, por mais que sejam boas as intenções dos autores em quererem honrar os que se foram, segundo ele, estes mesmos sobreviventes, juntamente com seus antepassados, souberam por diversas maneiras manter vivas culturas e tradições.

Em seu objetivo principal do texto, propõe uma renovação, que a história dos povos indígenas do Piauí não seja encarada do ponto de vista da extinção, reforça que as manifestações identitárias e culturais desses povos, se transformaram, sendo possível se inserirem em cada época, os indígenas vêm ganhando uma nova interpretação de seus papéis na historiografia piauiense, antes narrados apenas como guerreiros que foram cruelmente derrotados. É meio ilógico insistir nessa ideia de extermínio indígena no Piauí, na perspectiva do autor, essa nem deveria ser mais a pauta a ser levantada, quando, claramente, esses povos conseguiram resistir mesmo que mesclando suas culturas com a dos colonizadores. Hoje seus descendentes reivindicam esse direito de serem reconhecidos como indígenas, o papel do indígena piauiense, como um guerreiro, ainda persiste, porém, em uma nova roupagem, as demandas não mudaram tanto como se imagina, esses povos que buscam legitimação enfrentam muitos desafios.

Os indígenas tiveram que fazer uma espécie de transição para se adaptarem ao novo cenário social em que viviam, tentando sobreviver em um mundo que, cada vez mais, os marginaliza. Mesmo vivendo sob opressão, muitos indígenas não abdicaram de suas origens e culturas, como citado no texto, o “ser índio” naquele momento específico não era sinônimo

de, necessariamente, estar fechado numa utópica “cultura pura”, mas de aprender a agregar de forma vantajosa os aspectos variados daquela sociedade de contato. O discurso de que não existem indígenas no estado piauiense ainda é reforçado socialmente por essa questão do “índio autêntico”, que é seguida por vários estereótipos do que algumas pessoas pensam sobre o que seria um verdadeiro indígena.

O purismo conceitual que espera encontrar índios mais verdadeiros que outros, ou que acha que não existem mais índios porque ninguém anda mais nu, pintado e com penas - não dá conta da complexidade nem da conjuntura étnica atual e muito menos das dinâmicas identitárias que tiveram lugar no Brasil, independentemente de que período (Costa, 2013, p. 152).

Em um novo contexto social, vemos que os próprios indígenas estão reclamando seus direitos, perante uma historiografia que os coloca como extintos e personagens cujo destino foi o massacre, que deixaram de existir após os aldeamentos e que perderam suas autenticidades enquanto indígenas. Aqueles que sobreviveram estariam, portanto, vivendo como seus colonizadores. Sobre o aldeamento, Costa (2013) menciona que o contexto dos aldeamentos não elimina a capacidade dos índios de negociarem e agirem em benefício próprio a partir de novas formas de relação, mesmo inseridos em novos contextos relacionais, ainda lutam por seus interesses. O autor declara que é absurdo continuar com esse discurso de que não existem indígenas no território do Piauí, que a velha historiografia que reforça isso está mascarada por interesses de autoridades e intelectuais, como enfatizado por Chartier (1988), que as representações são construções simbólicas de poder, se tornando um objeto de disputa entre grupos sociais. Uma nova historiografia deve ficar atenta e mais comprometida com as novas discussões, que essa “crônica da extinção” ignora de forma irresponsável os povos atuais do Piauí que se declaram enquanto indígenas, e que segundo o autor, estão vivos.

No decorrer da seção é perceptível como as representações sobre os indígenas do Piauí foram se transformando com o passar dos tempos. Houve um processo de revisionismo historiográfico de alguns autores, desmistificando a ideia de extermínio total indígena no Piauí. O jogo de representações e o embate entre colonos e indígenas persistiu por um bom tempo, o indígena resistindo para manter sua identidade enquanto o colono buscava ressignificá-la, uma disputa de interesses em que o homem branco despreza o indígena, colocado, muitas vezes, como selvagem. Alguns autores citam como a questão da miscigenação foi um fator nesse processo cruel da colonização piauiense, muitos indígenas acabaram por, de certa forma, se deixarem serem aculturados nos costumes e tradições do colonizador, porém, essa miscigenação também trouxe formas de resistência e ressignificação

dos costumes dos próprios indígenas, que estão vivos e enfrentam as mazelas da colonização que persistem até hoje.

(Re)existências Indígenas – Povo Tabajara de Piripiri - Pi

Ainda hoje persiste no senso comum a não existência de indígenas no estado do Piauí, o que se nota que foi um projeto de interesses de uma classe dominante por uma reconstrução da identidade regional, identidade essa que permeia a ideia do “extermínio total” dos indígenas no estado, porém, sabe-se que não é verdade. O objetivo desta seção é explorar como os movimentos indígenas contemporâneos no Piauí impactam a construção de uma nova narrativa histórica, na qual os indígenas podem contribuir na escrita da sua própria história. Roberto Kennedy Gomes Franco (2014), em seu texto “Histórias orais dos remanescentes indígenas no território do Piauí no século XXI”, denuncia o esquecimento e apagamento da presença desse sujeito histórico indígena no Piauí pela historiografia piauiense. Segundo o autor, o lugar da memória histórica das diversas etnias que habitavam o território, que hoje categorizamos como Estado do Piauí, é inexistente e esquecido/silenciado. Seu texto trabalha, principalmente, com história oral, os dizeres boca a boca dos indígenas do Piauí e traz a seguinte entrevista com o Cacique José Guilherme da Silva “Pedra Garantida”:

[...] nós tamo cum 7 ano de luta dentro desse 7 ano de luta já ramo passar para 8 anos em setembro, em setembro dia 12 de setembro agente entra pra é é é pra 8 anos de luta, e aí nada feito por ca de que aí entra prefeito, prefeitos e prefeitos, é senador é governador, aí é só premete no tempo das políticas, premetimento é demais, mais aí nunca chegou ao puder o que nós precisa, o que nós precisa, o índio sem-terra não pode funcionar , que o índio é da mata , o índio tem que ir pa mata (Franco, 2014, p. 3).

Analizando o relato feito pelo cacique José Guilherme, percebemos que ele enfatiza que há anos vem lutando por revogações de direitos e demarcação de terras, muito negadas pelas autoridades locais, mostrando sua indignação com os políticos da região. Uma luta tão atual, mas que ao mesmo tempo é fruto de uma permanência da colonização, na qual os povos indígenas tiveram seus territórios tomados pelo colonizador. Percebe-se uma reivindicação da própria identidade indígena ao afirmar que “índio” sem-terra não pode funcionar, remete bastante a forma que se deu a colonização no Piauí, na qual os indígenas, ao terem suas terras invadidas e tomadas, se viram forçados a assimilar suas vidas com o modo europeu imposto. A não existência do indígena no Piauí é desmentida pelo cacique, ao afirmar no seguinte trecho;

[...] nós tem dentro da associação Itacoatiara, nós temos dentro dela funcionando, começamo cum..cum uma as 25 famílias, dentro da 25 família ra tamo cum 52 famílias, dentro das 52 famílias, tem 315 pessoas registrada pela FUNAI, aí FUNAI veio pra dí o reconhecimento nosso dentro do Piripiri, mais o mais aí o governador do Piauí não dá a mão agente até agora não tem dado a mão a gente, até agora nada sobre a nossa terra, só premetimento, ele chega aperta a mão da gente tempo de política e aí ele....aí vai premete e aí agente espera (Franco, 2014, p. 3).

A entrevista fala sobre a existência de 52 famílias, ao todo 315 indivíduos que fazem parte dessa comunidade e se reconhecem enquanto indígenas. Além disso, denuncia a politicagem que acontece em tempos de eleição, em que os candidatos vão ao seu encontro, prometem e nada fazem.

Muito interessante se perceber, no trabalho de Franco (2014), como a história oral se faz importante para ajudar a trazer visibilidade para esses povos, a percepção e luta por sua identidade. Se nota, por meio do relato do Cacique José Guilherme, uma das maiores lideranças indígenas do estado, o orgulho de ser indígena, reforçando a resistência e luta dos indígenas piauienses. Nesse processo de revisionismo por parte dos autores se faz muito marcante a presença da história oral, afinal de contas os indígenas são sujeitos históricos e precisam ser ouvidos e incluídos em suas próprias narrativas. Segundo o autor, as narrativas destes encontram-se, hegemonicamente, entre lembranças e esquecimentos, silenciadas pelo processo violento de genocídio e etnocídio cometidos em nome da fé e da ganância mercantilista de 1500 em diante.

Em suas entrevistas se observa como os indígenas do Piauí tiveram que resistir de inúmeras formas às violências do colonizador, muitas das vezes, fazendo o uso da dissimulação, influenciando e se deixando influenciar pela cultura do colonizador, isso acaba implicando na perda de saberes indígenas que eram passados de pais para filhos. Nota-se como os próprios indígenas estão nesse processo de resgatarem a própria cultura, podemos notar esse fato detalhado nas entrevistas com o Cacique José Guilherme, muito de suas tradições, ritos e cultura foram perdidos no processo de aculturação, se fazendo necessária uma aproximação com os outros povos para que compartilhem com eles seus costumes. Segundo Franco (2014), a narrativa do cacique Tabajara José Guilherme da Silva, de 62 anos, da comunidade Itacoatiara dos Remanescentes Indígenas da cidade de Piripiri, nos evidencia que o número de índios tem aumentado no estado, mas sua cultura está sendo dizimada.

A autora Brisana Índio do Brasil de Macêdo Silva e o autor João Paulo Macedo (2022), no texto “Povos indígenas no Piauí: se escondeu para resistir e apareceu para existir!”, narram a trajetória dos grupos indígenas da etnia Tabajara no Piauí e como ocorreu esse

processo histórico que invisibilizou os indígenas piauienses. Segundo eles, em virtude desse horrendo histórico de “extermínio” e de silenciamento forçado em que os indígenas foram submetidos, a presença indígena no Piauí permaneceu, por um longo período, invisibilizada pelos meios de produção historiográfica e pelos registros oficiais, que investigavam os indígenas Tabajaras como foco, porém, destacavam outros povos do território piauiense, como os Cariri e Gamela. O estudo feito pelos autores analisa o cotidiano do povo Tabajara, a coletividade na luta para manterem suas tradições vivas e a construção de sua própria história, trazendo relatos das vivências de lideranças indígenas, nos quais narram suas histórias de resistência.

[...] minha avó materna e a família dela partiram de Viçosa, CE, de jumento e a pé. Instalando se nessas regiões aqui do litoral do Piauí. Tão tal que minha mãe nasceu em Batalha, PI. Depois ela veio para Piripiri, PI, em busca de melhores condições de vida, de um local que pudesse se alimentar, onde a terra fosse boa e rica (Silva; Macedo, 2022, p. 57).

O povo Tabajara era nômade e buscava melhores condições de vida, a luta indígena no Piauí continua sendo marcada por essa constante busca por melhores condições de vida, pois, por não conhecerem muito de suas origens, grupos indígenas do Piauí acabam atribuindo sua filiação étnica a outros grupos próximos como os do estado do Ceará. De acordo com os autores, muitos dos que compõem os grupos indígenas Tabajara de Piripiri relataram que não sabem muito sobre a história dos seus antepassados na região cearense, principalmente, por causa do projeto de genocídio que existiu na colonização e permeia até os dias atuais. Muito da história desses povos foi apagada e ainda persistem tentativas de apagamentos históricos, mesmo com suas vozes sendo ouvidas. Interessante notar que no processo de violências que esses povos passaram, algumas expressões são utilizadas por eles para se referirem a acontecimentos do passado, uma que aparece muito é a expressão “pego/pega a dente”, marcada por lembranças cruéis do que acontecia com esses povos, como se observa na entrevista feita pelos autores:

Minha avó materna era índia. Foi pega a dente de cachorro dentro da mata. Os vaqueiros andavam dentro da mata e deu de cara com ela. Correram atrás dela de manhã até duas horas da tarde. Pegaram ela toda rasgada, arranhada de mato. Ela passou meses amarrada para poder ir amassando. Aí foram tratar dos ferimentos dela. Aí o finado meu avô foi e casou com ela! (Silva; Macedo, 2022, p. 60).

Um relato que denota a extrema crueldade que os indígenas sofriam, aqui dando ênfase à violência contra as mulheres indígenas, nos fazendo refletir a quem realmente cabia o

papel de “selvagem”. Essas expressões se mantêm vivas e são passadas pelos mais velhos, por meio da tradição oral, justamente, para manterem viva sua cultura. Ao assumirem suas raízes indígenas, esses povos lutam pelo reconhecimento e validação de suas identidades, indo contra aquela velha historiografia que alimentava seu massacre, mostram que resistem e que ainda existem. Essa luta conta com o auxílio de outras pessoas, como os próprios autores que buscam, através desse revisionismo historiográfico, desmitificar o genocídio dos indígenas piauienses.

Hélder Ferreira de Sousa (2020), indígena e antropólogo, autor da tese, “Existências resistências, ‘aí é apostado, tii!!’: Reconhecimentos e identificações indígenas Tapuias e Tabajaras em Piripiri - Piauí”, é colaborador na eclosão da Associação Itacoatiara de Remanescentes Indígenas de Piripiri que, desde o século XXI, é a primeira organização indígena que se tem notícia, no Piauí.

No município de Piripiri – Piauí, a partir do mês de fevereiro de 2005, deu-se início um processo de mobilização sócio-político cuja consequência foi a constituição de uma organização formada por grupos de famílias indígenas, sem etnias definidas a princípio, e posteriormente, por famílias de indígenas que se auto reconheceram como pertencentes às etnias Tabajara, Tapuia e Tacariju, dado ao fato de àquele momento não se afirmassem a partir destes etnônimos, mas sob a identidade genérica de índios. Articulada entre membros de famílias indígenas, com a assessoria de um antropólogo indígena, membro de uma das famílias implicadas no processo, a primeira sede da Associação funcionou na residência de seu primeiro presidente, o cacique Zé Guilherme (Sousa, 2020, p. 16).

O autor traz que a Associação Itacoatiara de Remanescentes Indígenas de Piripiri, ou a “Associação” como é comumente chamada, surge a partir de fevereiro de 2005 como a primeira organização dos indígenas em terras piauienses no século XXI, sendo necessário uma reflexão a respeito disso, o surgimento da associação não só marcou a presença e afirmação dos indígenas no estado do Piauí, como também colocou as famílias presentes nesse levante como protagonistas de processos de diferenciação étnica. Na sociedade piauiense existe uma invisibilização atribuída à existência dos indígenas no estado do Piauí, porém, existem narrativas que remetem à ancestralidade indígena, mas muitos possuem certos desapegos pelas mesmas, não buscando suas origens, para o autor, isso significa uma espécie de desconhecimento sobre suas origens étnicas.

No senso comum, muito se fala nessa coisa do “índio legítimo”, que na visão estereotipada seria aquele que, anda nu, vive nas matas e sabe fazer a dança da chuva, tal visão não passa de desinformações que se propagam nas mídias, e até mesmo na historiografia oficial. Levando em conta todo o processo de aculturação no qual os indígenas

sofreram com perdas de suas culturas, se observa que dentro dessa violência foi possível a resistência. Algo muito marcante na pesquisa de Sousa (2020), é o fato dele mesmo ter achado suas raízes de existência indígenas dentro da própria família, se declarando indígena e parte do grupo de indígenas, como o mesmo coloca:

Sobre o fato de eu ser indígena e embora trouxessem comigo há bastante tempo as sementes das dúvidas que recaem sobre a presença de indígenas na região onde hoje se encontra o estado do Piauí, foi o conhecimento da teoria antropológica, o exercício da prática e da investigação antropológica, que forneceram os elementos que me fazem refletir sobre meu próprio fazer e sobre minha identidade étnica (Sousa, 2020, p. 45).

A fundação Itacoatiara foi fundada em 2005, uma de suas primeiras ações foi escrever ao então Governador da época, Wellington Dias, eleito em 2003, mesmo com o reconhecimento da reivindicação dos indígenas piauienses por parte do estado, foi constante as lutas por leis duradouras que os protejam. A formação dessa associação marca, segundo Sousa (2020), um tipo de símbolo da agregação em torno da reidentificação dos membros e de suas respectivas famílias.

Em seu respectivo trabalho traz entrevistas com membros das famílias que fazem parte da associação, sendo elas os Siana e Bento/Aprígio (família do próprio autor); os Guilherme; os Colher de Pau; e os Beiju. Recorrendo às narrativas de suas histórias e trajetórias de vida, grande parte delas se faz enfatizando o sofrimento que vivenciaram, as lutas que tiveram que enfrentar para sobreviver e como foram se percebendo enquanto indígenas, além da circulação destas comunidades entre Piauí e Ceará. Segundo o autor, o Nordeste é palco de complexa encenação em que povos há muito tomados como desaparecidos, se desdobram, se misturam, se identificam e se reidentificam.

A autora Helane Karoline Tavares Gomes em seu texto “Etnicidade e mobilização indígena: estratégias de reivindicação e demarcação das áreas indígenas no Estado do Piauí (2000-2018)”, traz que a historiografia indígena local por meio da narrativa do extermínio, desconsidera a complexidade das diversas formas de resistência e organizações sociais, segundo a autora, a história indígena tradicional compreendia os indígenas através de uma categoria generalista, não levando em conta as diferenças culturais e étnicas, nesse contexto os indígenas são colocados como meros espectadores de suas histórias, porém muitos grupos indígenas reivindicam esse protagonismo que a eles foi negado, como cita a autora, a emergência de vários grupos, que por muito tempo foram confundidos à massa da população, agora reivindicando sua identidade indígena e afirmando sua descendência de grupos étnicos

que na historiografia são desaparecidos, isso ressignifica as mobilizações associadas a uma cultura política indígena.

Gomes (2020), menciona em seu texto as mobilizações políticas no Estado do Piauí, evidenciando as organizações étnicas desses povos em associações, entre elas, a Associação Indígena Tabajara e Tapuio Itamaraty em Lagoa de São Francisco (APIN), a Associação Itacoatiara dos Remanescentes Indígenas de Piripiri, fundada em 2005, a Associação Tabajara Tucuns e Tabajara Ypy e a Associação da Comunidade Indígena Cariri de Serra Grande. Essa emergência destes diferentes grupos étnicos, segundo a autora, impõe aos historiadores a revisão de conceitos, reinterpretação e ampliação das fontes na escrita de outras histórias.

Apesar de notarmos vários trabalhos com o povo Tabajara, enfatizo que eles não são os únicos povos no Piauí, neste contexto trago também o livro organizado por Carmen Lúcia Silva Lima e Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento, intitulado *Gamela, Akroá Gamella etnicidade, conflito, resistência e defesa do território* (2022). Foram reunidos vários autores que, em sequentes capítulos, discorrem sobre a luta desses povos e suas resistências. Destaco o capítulo “Os Gamela no Piauí: história, territórios e conflitos”, escrito por Gabriela Berthou de Almeida, João Paulo Peixoto, Mairton Celestino da Silva, Rafael Ricarte da Silva e Tatiana Gonçalves de Oliveira. Outro capítulo que gostaria de destacar é “Os indígenas Gamela no sudoeste piauiense: lutas e resistência pela terra”, do autor Raimundo Nonato Ferreira do Nascimento, no qual ele discorre acerca da falsa ideia de extermínio indígena no Piauí. Segundo ele, durante muito tempo, a historiografia institucionalizada no Piauí nos levou a acreditar na não existência contemporânea de povos indígenas nesse estado. O autor também menciona que a historiografia oficial tem proclamado corriqueiramente a não existência de indígenas no estado do Piauí e considera o século XIX o marco do extermínio destas coletividades.

As recentes pesquisas utilizando-se da história oral têm demonstrado divergência entre a narrativa historiográfica oficial e a memória dos que foram excluídos e marginalizados, ou seja, das minorias, nota-se nas suas citações como a história oral se fez importante nesse processo de revisionismo historiográfico. Mesmo que a historiografia estivesse negando a existência de indígenas em solo piauiense, existem povos que se identificam como indígenas e contrariam o que está escrito, reivindicando o reconhecimento de suas identidades, esses indígenas foram vítimas de preconceitos e múltiplas violências, tiveram sua imagem construída por adjetivos que os inferiorizam ao longo da história, e no presente isso não mudou muito. Embora estejamos de certa forma em um momento mais favorável para se

afirmar a identidade indígena, existem muitos obstáculos negativos atualmente que se mantêm no senso comum desde a colonização. É importante perceber que os indígenas vêm resistindo desde a chegada do homem branco e que, atualmente, se impõem para que suas histórias sejam reinterpretadas, trazendo-os como protagonistas e não como um grupo extermínado, pois eles estavam e sempre estiveram aqui, fazendo refletir sobre como a história do Piauí é a história dos povos originários.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Visitar as narrativas históricas sobre o contato do indígena piauiense com o colonizador, nos leva a refletir como no senso comum se propagou o paradigma da não existência do indígena no estado do Piauí, um grupo social até então considerado existente passa a reivindicar direitos, como vemos com a criação da associação Itacoatiara, em 2005, na qual grupos familiares que se declararam indígenas se uniram nessa busca por reidentificação. Por um bom tempo foi abraçada pela história oficial, que no Piauí os indígenas haviam sido “dizimados” e que houve um “desaparecimento étnico” e, por certo período, isso foi incontestado, os trabalhos conhecidos até então traziam os indígenas piauienses dentro do contexto de genocídio e etnocídio.

Porém, esse cenário mudou com o surgimento de novos trabalhos, nos quais os autores buscam desmistificar o extermínio indígena no Piauí. Em contrapartida, uma história tradicional lida na visão do colonizador com a figura de um grande herói, como é o caso de nomes como do bandeirante português Domingos Afonso Sertão, que nas narrativas históricas marcou o início da colonização do Piauí, muitas obras aceitas na historiografia piauiense legitimam o desaparecimento dos indígenas do Piauí, outras mais atuais, mesmo que reconheçam a resistência dos indígenas, ainda apontam para seu extermínio. A guerra de representações que Chartier (1988) aborda, aqui é perceptível, há manipulações de memórias e narrativas históricas por parte de uma visão colonial tradicional que molda a história para legitimar o “desaparecimento” dos indígenas. Podemos notar nas análises das obras de alguns autores no item 2 deste texto, justamente, essa perspectiva colonial europeia, em que a história dos povos indígenas do Piauí foi negligenciada, deixada em segundo plano em prol da visão do colonizador.

Atualmente, a menos que você seja um grande negacionista, é impossível negar a existência de indígenas no solo piauiense. Houve um registro no Piauí com aumento de 144% na população indígena, tornando-se o quinto maior crescimento do Brasil. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas que se autodeclararam indígenas subiu de 2.944 em 2010 para 7.108 em 2022, representando um incremento de 4.258 pessoas. Ao todo, 157 dos 224 municípios piauienses (70,8%) reportaram presença indígena, um aumento em relação a 122 em 2010. Eles sempre estiveram aqui, mesmo que, de certa forma, “escondidos” em plena vista, ou até mesmo nem se dando conta de que eram indígenas, levando em conta todas as violências que esses povos sofreram, a resistência não acabou. Surgem povos indígenas reidentificados no Piauí, que se inserem no cenário político, quebram paradigmas e põe em questão o velho mito de seu completo extermínio. Nesse novo contexto se faz necessário uma nova interpretação da história dos indígenas no Piauí, antes ditos como “dizimados” e agora atuantes lutando por seus direitos e afirmado sua presença.

As pesquisas sobre os povos indígenas do Piauí são de suma importância para que não haja a omissão da presença indígena no estado, buscando modificar a visão acerca da própria história local. É importante reforçar a inclusão e contribuição dos povos indígenas piauiense na historiografia, no caso muitos autores, atualmente, fazem uso da história oral para que não se mantenha apenas uma visão hegemônica eurocêntrica, sendo necessário que se amplie uma perspectiva histórica representativa e plural. Deixo como indicação algumas pesquisas recentes do ano 2024, como o texto “A Construção da Narrativa do Extermínio da População Indígena no Piauí” (Década de 1830), dos autores Hellen Beatriz da Silva Araújo e João Paulo Peixoto Costa, o Livro “Povo Gamela e o Direito à Terra no Sudoeste do Piauí”, organizado pela professora Maria do Socorro da Silva Arantes, e o livro “Narrativas Indígenas e Cultura Material: Piauí e Maranhão”, organizado por Síria Emerenciana Nepomuceno Borges, Marleide Lins de Albuquerque e Deusdédit Carneiro Leite Filho.

Enquanto pesquisador, foi gratificante todos os saberes e aprendizados que absorvi no decorrer da pesquisa, me instigando a continuar pesquisando, é importante reforçar, reconhecer e valorizar a história indígena no estado do Piauí, para que não seja propagado desinformações e preconceitos. A luta dos povos indígenas do Piauí é uma luta que não ficou apenas no passado, mas que persiste no contemporâneo. Preservar a história desses povos é preservar a nossa história.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Gabriela Berthou de et.al. Os Gamela no Piauí: história, territórios e conflitos, *In: LIMA, Carmen Lúcia Silva; NASCIMENTO, Raimundo Nonato Ferreira (Org.). Gamela, Akroá Gamella: etnicidade, conflito, resistência e defesa do território*. 1. Ed. São Luís: Editora UEMA/PNCSA, 2022.
- APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. “Os Akroá nos sertões coloniais: uma história de guerra e “paz” entre currais e descobertos auríferos”. *In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.
- BAPTISTA, João Gabriel. **Etno-história indígena piauiense**. Teresina: EDUFPI, 1994.
- BOMBARDI, Fernanda Aires. Jogos de alianças e inimizades: guerras justa, descimentos e políticas indígenas no Piauí colonial. *In: LIMA, Nilsângela Cardoso (Org.). Páginas da História do Piauí colonial e provincial*. Teresina: EDUFPI, 2020.
- BORGES, Jóina Freitas. **A história negada**: em busca de novos caminhos. Teresina: FUNDAPI, 2004.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações** Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, v. 5, n. 11, 1991.
- CHAVES, Joaquim Raimundo Ferreira (Pe.). **O índio no solo piauiense**: Ensaio de monografia histórica). Teresina: Centro de Estudos Piauienses, 1953.
- COSTA, João Paulo Peixoto. A farsa do extermínio: reflexões sobre a historiografia indígena no Piauí. *In: MENDES, Algemira de Macedo; FERREIRA, Elio; COSTA, Margareth Torres de Alencar (Org.). Literatura, História e Cultura Afro-Brasileira e Africana: memória, identidade, ensino e construções literárias*. v. 2. Teresina UFPI/ UESPI, 2013.
- FRANCO, Roberto Kennedy Gomes. Histórias Orais dos Remanescentes Indígenas no Território do Piauí no Século XXI. *In: Encontro Nacional de História Oral: Política, Ética e Conhecimento*, 2014, Teresina. **Anais [...]**. Teresina: ABHO, 2014.
- GOMES, Helane Karoline Tavares. Etnicidade e Mobilização indígena: estratégias de reivindicação e demarcação das áreas indígenas no Estado do Piauí (2000-2018), **Vozes, Pretérito & Devir**, v. 11. p. 55-72, 2020.
- LIMA, Carmen Lúcia Silva; NASCIMENTO, Raimundo Nonato Ferreira (Org.). **Gamela, Akroá Gamella: etnicidade, conflito, resistência e defesa do território**. 1. Ed. São Luís: Editora UEMA/PNCSA, 2022.

LIMA, Nilsângela Cardoso (Org.). **Páginas da História do Piauí colonial e provincial** –Teresina: EDUFPI, 2020.

MIRANDA, Reginaldo. **São Gonçalo da Regeneração, Marchas e Contramarchas de uma Comunidade Sertaneja**: da aldeia indígena aos tempos atuais. Teresina, Ed. Gráfica Expansão, 2004.

MOTT, Luiz R. B. **Piauí colonial**: população, economia e sociedade. Teresina: Projeto Petrônio Portella. 1985.

NASCIMENTO, Raimundo Nonato Ferreira. Os indígenas Gamela no sudoeste piauiense: lutas e resistência pela terra. *In*: LIMA, Carmen Lúcia Silva; NASCIMENTO, Raimundo Nonato Ferreira (Org.). **Gamela, Akroá Gamella**: etnicidade, conflito, resistência e defesa do território. 1. Ed. São Luís: Editora UEMA/PNCSA, 2022.

OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. **O povoamento colonial do sudeste do Piauí**: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência. 2007. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Os indígenas na fundação da colônia: uma abordagem crítica. *In*: FRAGOSO, João; GOUVÉA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil Colonial – 1443-1580**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. Prefácio: Novos caminhos, novas escritas *In*: LIMA, Nilsângela Cardoso (Org.). **Páginas da História do Piauí colonial e provincial**. Teresina: EDUFPI, 2020.

SILVA, Brisana Índio Brasil de Macêdo; MACEDO, João Paulo. Povos indígenas no Piauí: se escondeu para resistir e apareceu para existir!: trajetória dos grupos indígenas da etnia Tabajara no Piauí. **Interações (Campo Grande)**, v. 23, n.1, p. 51–65.

SILVA, Mairton Celestino da. **Um caminho para o Estado do Brasil**: Colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800. 2020. Tese (Doutorado em História do Brasil) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

SOUSA, Hélder Ferreira de. **Existências resistências, aí é apostado, TII!!**: reconhecimentos e identificações indígenas Tapuias e Tabajaras em Piripiri - Piauí. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2020.